CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Protocolo Geral -27-Set-2007-15:28-001103-1/1

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Leitura: 27/09/2007
Votação: 12/10/2007 - Aprovada por unanimidade
Entregue: 8/10/2007

Exmo. Sr.
Valmir Tasca
Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

MOÇÃO DE APLAUSO:

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja enviada Moção de Aplauso às pessoas relacionadas, pela participação na Revolta dos Posseiros, que neste ano comemora 50 anos: Alberto Pozza; Danilo Amadori; Frei Policarpo Berri; Germano Corona; Giácomo Trento; Inês Varaschin Maciel; Ivo Tomazoni; Lorlay Paulina Fantinel Cantu; Luiz Chiocheta; Otaviano Ferreira Maciel; Reni Trento; Teresinha Peloso Dalla Costa.

A Câmara Municipal de Pato Branco presta homenagem através desta Moção, pela coragem dos desbravadores que participaram do ato há 50 anos, demonstrando, através de manifestações, a revolta com relação à atitude das companhias que obrigavam os colonos a comprar as terras onde moravam e plantavam para o sustento da família, através de promissórias e contratos ilegais que eram obrigados a assinar.

Os colonos do sudoeste do Paraná sofreram graves massacres, que enlutaram diversas famílias como também denegriram o bom nome de nós Brasileiros, levando não só no Território Nacional, como também no estrangeiro os assassinos sem precedentes levados a efeitos por elementos pertencentes às Companhias Colonizadoras aqui sediadas, atacando, enlutando, destruindo e mutilando famílias de bravos colonos radicados nesta região, tendo por égide o cruel assassinato de Pedro José da Silva, o Pedrinho Barbeiro, que foi vereador representante do Distrito do Verê, na Comarca de Pato Branco.

Rua Anhanguera, 491 - Fone: (46) 3224-2243 - 85505-030 - Pato Branco - Paraná
e-mail: legislativo@wln.com.br

Há 50 anos os colonos conseguiram escorraçar de suas vidas as Companhias: Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla), a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana - empresas imobiliárias que haviam implantado um regime de violência e terror na região com a conivência das chamadas "autoridades constituídas". O levante foi o ato que resultou na vitória dos colonos sobre essas companhias. Foi a vitória de posseiros contra o avanço da concentração fundiária.

Porém, até se chegar a esta vitória o caminho foi árduo e difícil: A partir de 1938, Getúlio Vargas estabeleceu uma política de colonização e alargamento das fronteiras agrícolas do país através da chamada "Marcha para Oeste". Era a primeira política oficial efetiva de integração de novas áreas no processo de expansão econômica. Tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis, incrementando a agricultura extensiva. Dentro dessa estratégia, um decreto federal criou no Paraná, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), que deveria ocupar a "faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal". Uma área que não deveria ser inferior a 300 mil hectares. Com essa iniciativa, Vargas também providenciava a ocupação das regiões de fronteira com a Argentina e o Paraguai, atendia a reivindicação por terras de reservistas ex-agricultores e acomodava as levas de pequenos agricultores gaúchos que chegavam ao Paraná. Ao chegar, o agricultor recebia, em média, de 10 a 20 alqueires, casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Em poucos anos, a produção crescia. As glebas de Missões e Chopim, disputadas na justiça, recebiam gente sem parar.

Nas primeiras décadas do século XX, começou a disputa judicial. Em 1930 as terras retornaram ao domínio do Paraná por um decreto estadual que cancelava os títulos concedidos à Brasil Railway. Em 1940 a União reincorporou as glebas para se ressarcir de uma dívida da Railway junto ao Tesouro Nacional - reincorporação contestada pelo Paraná com o argumento de que a empresa inglesa não era detentora dos títulos de posse há dez anos.

Após muitas discussões, a União decide tomar providências judiciais para reaver as terras. Em 1953, o Tribunal Federal de Recursos anula a escritura. Mas a Citla já estava instalada na região desde 1951. Em franca atividade, ia ao encalço de seus almejados lucros. O preço - em todos os sentidos - seria pago pelos colonos.

Mas os colonos não deixaram por menos e em março de 1957, um abaixo-assinado de dois mil moradores de Santo Antônio do Sudoeste é levado ao Rio de Janeiro, então capital federal. Em setembro, depois de diversos confrontos com as companhias e mortes nos dois lados, dois mil colonos tomaram a localidade de Capanema, afugentando pistoleiros e funcionários das imobiliárias para Santo Antonio do Sudoeste. Assim, o ponto nevrálgico do conflito se transferira para Francisco Beltrão e Pato Branco, literalmente tomadas por elementos das companhias que estendem sua violência aos moradores urbanos. Isso fez com que acontecesse uma articulação secreta cidade-campo em toda a região em prol de um só objetivo: a expulsão das companhias. No dia 9 de outubro, os moradores de Pato Branco foram convocados pela rádio local para uma assembléia que nomeia uma comissão para pedir o fechamento das companhias ao governo do Estado. Diante da força de uma população armada, foram retiradas as companhias da região.

Quando terminado o trabalho, em 1973, haviam sido titulados 32.245 lotes rurais e 24.661 urbanos. Por isso, até hoje o Sudoeste do Paraná é uma região com 87% de pequenas propriedades familiares. Dessas, 94% possuem áreas menores do que 50 hectares. Como se vê, pela sua força os camponeses barraram o terror do latifúndio e a ganância dos monopolistas. Apenas com suas próprias mãos.

Pelos atos, pela bravura e coragem dos colonos, esta Casa de Leis concede Moção de Aplauso incentivando e motivando os bravos a nunca desistirem de seus sonhos e parabenizando pela luta dos colonos para reaver suas terras, marcando o fato que ficou registrado na história e na memória de todos, neste ano em que se comemora os 50 anos da Revolta dos Posseiros, neste ano em que se comemora a grande vitória dos posseiros contra o avanço dos latifundiários.

"A Revolta dos Posseiros de 1957 foi a única rebelião agrária ocorrida na América Latina, onde foi concedido mais de 50 mil títulos de propriedade de terras aos colonos, sem ocorrer derramamento de sangue. Os colonos eram trabalhadores e não baderneiros, lutadores e mereciam as terras às quais estavam requerendo."

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 27 de setembro de 2007.

Alceu Vendruscolo

Cilmar Francisco Pastorello – PR

Guilherme Sebastião Silverio – PMDB

Laurindo Cesa - PSDB

Márcia F. de Carvalho Kozelinski – PPS

Marco A.Augusto Pozza – PMDB

Nelson Bertani – PDT

Osmar Braun Sobrinho

Valmir Tasca – DEM

Volmir Sabbi – PT